

GS1 Portugal

Política de Privacidade da CODIPOR

CODIPOR – Associação Portuguesa de Identificação
e Codificação de Produtos



29 de março de 2018

Introdução e Considerações Gerais

A GS1 Portugal/CODIPOR valoriza a confiança dos seus associados, fornecedores, parceiros, colaboradores e restantes *stakeholders* e tem presente, em todas as atividades que desenvolve, o respeito pela privacidade e pela proteção dos respetivos dados pessoais.

Através da presente Política de Privacidade, a GS1 visa tornar transparente o enquadramento e as condições do tratamento dos dados pessoais da sua responsabilidade e, bem assim, reiterar o seu compromisso com o cumprimento escrupuloso da legislação aplicável nesta matéria.

A GS1 Portugal cumpre a legislação nacional e da União Europeia aplicável ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade, incluindo:

- a) A Lei n.º 67/98, de 26 de outubro – Lei de Proteção de Dados Pessoais (“LDP”) – atualmente em vigor;
- b) Lei n.º 41/2004, de 18 de agosto (com as alterações introduzidas pela lei n.º 46/2012, de 29 de agosto) – relativa ao tratamento de dados pessoais e proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas – atualmente em vigor; e
- c) Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, já publicado e diretamente aplicável em todos países da UE a partir de maio 2018).

A GS1 Portugal observa ainda os normativos de natureza infralegal e quaisquer outros instrumentos de natureza administrativa que lhe sejam aplicáveis.

Através da presente *Política de Privacidade*, a GS1 Portugal pretende dar a conhecer aos titulares dos dados o modo e os termos do tratamento dos seus dados pessoais, designadamente através da comunicação:

- a) da identidade e contactos do responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais;
- b) das categorias de dados que são tratados, do fundamento de licitude e finalidades desse tratamento, do modo como esse tratamento é feito e da duração do mesmo;

- c) dos direitos do titular dos dados no âmbito do tratamento dos seus dados pessoais; e
- d) do modo como é protegida a sua informação pessoal.

É aconselhada a leitura da presente *Política de Privacidade*, bem como das restantes condições que possam existir relativamente a cada produto ou serviço fornecido pela GS1 Portugal.

A presente *Política de Privacidade* poderá, a todo o tempo, ser objeto de alteração ou revisão, sendo quaisquer alterações ou revisões devidamente divulgadas e comunicadas em www.gs1pt.org .

Política de Privacidade de Dados Pessoais da GS1 Portugal

1. Conceitos Relevantes

- a) Associado:** pessoa singular ou coletiva que exerça uma atividade industrial, comercial ou preste serviços no território nacional e que utilize o sistema global GS1 Portugal e tenham aderido à GS1 Portugal.
- b) Autoridade de Controlo:** autoridade pública independente que, em cada Estado-Membro da União Europeia, seja responsável pela fiscalização da aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados ("RGPD"), a fim de defender os direitos e liberdades fundamentais das pessoas singulares relativamente ao tratamento dos seus dados pessoais e facilitar a livre circulação dos mesmos na União Europeia. Em Portugal, a Autoridade de Controlo é a Comissão Nacional de Proteção de Dados ("CNPD").
- c) Categorias de Dados Pessoais:** a GS1 Portugal procede ao tratamento das categorias de Dados Pessoais identificadas em www.gs1pt.org.
- d) Categorias Especiais de Dados:** Dados Pessoais que revelem a origem racial ou étnica, as opiniões políticas, as convicções religiosas ou filosóficas, ou a filiação sindical, bem como dados genéticos, dados biométricos, dados relativos à saúde ou dados relativos à vida sexual ou orientação sexual de uma pessoa. A GS1 Portugal procede ao tratamento das categorias especiais de dados identificadas em www.gs1pt.org.
- e) Dados Pessoais:** qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respetivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável.
- f) Destinatários dos Dados:** entidades que tratam os dados por conta da GS1 Portugal (subcontratantes), outras entidades a quem os dados possam ser legitimamente comunicados por iniciativa da GS1 Portugal ou entidades a

quem os dados tenham de ser comunicados por força de obrigação jurídica à qual a GS1 Portugal se encontre vinculada (e.g., Autoridade Tributária).

g) Responsável pelo Tratamento: pessoa singular ou coletiva que determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais ou GS1 Portugal.

h) Titular dos Dados: pessoa singular identificada ou identificável, sendo considerada identificável a pessoa que possa ser identificada direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador (como, por exemplo, um nome, um número de identificação, dados de localização ou identificadores por via eletrónica) ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular. No caso, serão titulares dos dados, os associados, fornecedores, parceiros, colaboradores, *stakeholders* e todas as outras pessoas singulares cujos dados pessoais sejam tratados pela GS1 Portugal.

i) Subcontratante: pessoa singular ou coletiva, autoridade pública, agência ou outro organismo que trata os dados pessoais dos titulares por conta da GS1 Portugal (responsável pelo tratamento).

2. Âmbito de Aplicação

A Política de Privacidade de Dados Pessoais aplica-se aos Associados da GS1, aos Colaboradores da GS1 Portugal, aos Fornecedores com os quais a GS1 Portugal se relaciona e a todas as outras entidades que, enquanto subcontratantes, venham a ter acesso a dados pessoais facultados pela GS1 Portugal no âmbito da prestação de serviços contratada.

3. Princípios gerais subjacentes ao Tratamento de Dados Pessoais

3.1. Os dados pessoais recolhidos pela GS1 Portugal são objeto de um tratamento lícito, leal e transparente.

- 3.2.** Os dados pessoais são recolhidos pela GS1 Portugal para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não sendo posteriormente tratados de uma forma incompatível com essas finalidades.
- 3.3.** A GS1 Portugal recolhe, trata e armazena somente os dados pessoais adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades para as quais são tratados.
- 3.4.** A GS1 Portugal apenas procede ao tratamento de dados no domínio das suas atribuições, concretamente, a gestão a nível nacional do Sistema Global GS1, bem como o acompanhamento, investigação, estudo, formação, implementação e desenvolvimento de outros sistemas que conduzam à normalização e simplificação de procedimentos no âmbito da indústria, comércio e serviços.
- 3.5.** A GS1 Portugal adota medidas adequadas para garantir que os dados pessoais que sejam inexatos, tendo em conta as finalidades do tratamento, sejam apagados ou retificados sem demora.
- 3.6.** Os dados pessoais apenas serão conservados pela GS1 Portugal, de uma forma que permita a identificação dos Titulares dos Dados, durante o período que for necessário à prossecução das finalidades do tratamento.

4. Acesso a Dados Pessoais e Confidencialidade

- 4.1.** O acesso aos dados pessoais recolhidos pela GS1 Portugal é restrito ao que for estritamente necessário para as finalidades definidas e, bem assim, para o exercício das funções dos Colaboradores da GS1 Portugal.
- 4.2.** Todos os Colaboradores da GS1 Portugal estão obrigados por via contratual a deveres de confidencialidade, que incluem, entre o mais, a não divulgação da informação relativa aos Titulares dos Dados.

5. Finalidades do Tratamento, Fonte de Licitude e Prazos de Conservação

No site da GS1 Portugal, localizado em www.gs1pt.org, encontra-se uma tabela com a descrição das principais finalidades de tratamento dos dados que poderão ser

realizados pela GS1 Portugal, bem como o fundamento para esse tratamento e a sua respetiva duração.

6. Dados Pessoais de Menores

Nos casos em que seja necessário recolher dados pessoais de menores a GS1 Portugal informará os titulares das respetivas responsabilidades parentais e, se aplicável, obterá o respetivo consentimento, assegurando a utilização dos meios técnicos, suportes procedimentais e estruturas organizativas adequadas, com o objetivo de salvaguardar o acesso e tratamento desses dados.

7. Categorias Especiais de Dados

Nos casos em que sejam tratadas Categorias Especiais de Dados, a GS1 Portugal informará o Titular dos Dados dessa circunstância e assegurará a utilização dos meios técnicos e suportes procedimentais e organizativos adequados, com o objetivo de salvaguardar o acesso e tratamento desses dados.

8. Direitos dos Titulares dos Dados

8.1. Direito de acesso

O Titular dos Dados tem o direito de acesso aos seus dados. Tal significa que o Titular dos Dados tem o direito de obter da GS1 Portugal a confirmação de que os dados pessoais que lhes digam respeito são ou não objeto de tratamento, o direito de aceder aos seus dados pessoais, o direito de obter cópia dos seus dados pessoais e direito de obter as seguintes informações sobre os seus dados pessoais e o respetivo tratamento:

- a) As finalidades do tratamento dos dados;
- b) As categorias dos dados pessoais em questão;
- c) Os destinatários ou categorias de destinatários a quem os dados pessoais foram ou serão divulgados, nomeadamente os destinatários estabelecidos em países terceiros ou pertencentes a organizações internacionais;
- d) Se for possível, o prazo previsto de conservação dos dados pessoais, ou, se não for possível, os critérios usados para fixar esse prazo;
- e) A existência do direito de solicitar ao responsável pelo tratamento a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos dados pessoais no que diz respeito ao Titular dos Dados, ou do direito de se opor a esse tratamento;
- f) O direito de apresentar reclamação a uma autoridade de controlo;
- g) Se os dados não tiverem sido recolhidos junto do titular, as informações disponíveis sobre a origem desses dados.

8.2. Direito de retificação

O Titular dos Dados tem o direito de solicitar à GS1 Portugal a retificação dos seus Dados Pessoais que se encontrem inexatos ou solicitar que se acrescente outros dados, caso os Dados Pessoais tratados pela GS1 Portugal se revelem incompletos.

8.3. Direito de apagamento

8.3.1. O Titular dos Dados tem o direito a solicitar o apagamento dos seus Dados Pessoais, procedendo a GS1 Portugal a este apagamento sem demora injustificada:

- a) quando os dados pessoais deixem de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento;
- b) quando os dados pessoais sejam tratados ilicitamente;
- c) quando o Titular dos Dados exerça o direito de retirada de consentimento e o tratamento se fundamente nessa fonte de licitude;

- d) Quando o Titular dos Dados se oponha ao tratamento e não existam interesses legítimos prevalecentes que justifiquem a continuação do tratamento.

8.3.2. O exercício do direito ao apagamento comporta algumas exceções que impedem que a GS1 Portugal elimine os dados pessoais do Titular dos Dados, incluindo quando o tratamento dos dados seja necessário ao cumprimento de obrigação legal ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.

8.4. Direito à limitação

8.4.1. O Titular dos Dados tem o direito de solicitar à GS1 Portugal a limitação dos tratamentos dos seus dados pessoais, nos termos da legislação aplicável.

8.4.2. A limitação pode ser solicitada nas seguintes circunstâncias:

- a) quando o Titular dos Dados contestar a exatidão dos seus dados pessoais, durante um período que permita à GS1 verificar a sua exatidão;
- b) quando o tratamento for ilícito e o Titular dos Dados se opuser ao seu apagamento, solicitando, em contrapartida, a limitação da sua utilização;
- c) quando a GS1 já não precisar dos dados para prossecução da finalidade para a qual estavam a ser tratados, mas o Titular dos Dados pretender que os mesmos sejam conservados para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial; e
- d) quando o Titular dos Dados tiver exercido o seu direito de oposição ao tratamento, até se verificar se os motivos legítimos que fundamentam a continuação do tratamento por parte da GS1 Portugal deverão prevalecer sobre os interesses, direitos e liberdades do Titular dos Dados.

8.5. Direito à portabilidade

8.5.1. O Titular dos Dados tem o direito à portabilidade dos dados que lhes digam respeito e que tenha fornecido à GS1 Portugal quando esses dados tiverem sido tratados com meios automatizados e quando o tratamento se basear no

respetivo consentimento ou na execução de um contrato celebrado com a GS1 Portugal.

8.5.2. O direito à portabilidade comporta o direito de o Titular dos Dados receber os dados pessoais que lhe digam respeito e que tenha fornecido à GS1 Portugal, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e o direito de solicitar a transmissão desses dados a outro responsável pelo tratamento.

8.6. Direito de oposição

8.6.1. O Titular dos Dados tem o direito de se opor, a qualquer momento, a um tratamento realizado pela GS1 Portugal quando o tratamento for realizado:

- a) com fundamento num interesse legítimo da GS1 Portugal; ou
- b) para fins que não sejam aqueles para os quais os dados pessoais foram recolhidos.

8.6.2. Uma vez exercido o direito de oposição, a GS1 Portugal cessa o tratamento dos dados pessoais, a não ser que se verifiquem razões imperiosas e legítimas para esse tratamento que prevaleçam sobre os interesses, direitos e liberdades do Titular dos Dados, ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.

8.6.3. Nos casos em que o tratamento realizado com fundamento em interesse legítimo da GS1 Portugal tenha como finalidade o envio de comunicações de *marketing* direto, o exercício do direito de oposição deverá determinar a cessação do tratamento dos dados para esse fim.

8.7. Direito de retirar o consentimento

Nos casos em que o tratamento seja realizado com fundamento no consentimento do Titular dos Dados, este poderá a todo o tempo retirar o consentimento, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento anteriormente prestado.

8.8. Direito de reclamação

O Titular dos Dados poderá apresentar reclamações sobre o modo como os seus dados pessoais são tratados ao Encarregado da Proteção de Dados, se nomeado nos

termos do ponto 13 *infra*, que poderá ser contactado através dos seus contactos, disponíveis no *website* www.gs1pt.org, e à Autoridade de Controlo.

9. Procedimento para o Exercício de Direitos pelos Titulares dos Dados

Os titulares dos dados poderão exercer os seus direitos por uma das seguintes forma colocadas ao seu dispor:

- 9.1.** Dirigindo-se pessoalmente à sede da GS1 Portugal / CODIPOR, na “Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício K3”, nos dias úteis entre as 9:00 e as 13:00 e as 14:00 e 18:00
- 9.2.** Por email, para o endereço <info@gs1pt.org>
- 9.3.** Mediante pedido escrito, por carta enviada para a morada “Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício K3”, 1649-038 Lisboa”

10. Responsabilidade dos Titulares de Dados

- 10.1.** Os Titulares dos Dados são responsáveis por prestar informações fidedignas à GS1 Portugal.
- 10.2.** Os Titulares dos Dados são também responsáveis por utilizar os serviços e produtos da GS1 Portugal com respeito pelas regras de segurança da informação e deverão respeitar sempre os dados pessoais de terceiros, incluindo outros utilizadores dos serviços e produtos fornecidos pela GS1 Portugal.

11. Medidas técnicas e organizativas de Segurança

Para assegurar a privacidade de dados pessoais e o cumprimento do RGPD, a GS1 Portugal definiu e implementou um conjunto de regras aplicáveis a todos aqueles que acedem, por via legal ou contratual, aos dados pessoais, e que têm como finalidade assegurar a sua efetiva proteção, nomeadamente com vista a evitar violações de dados pessoais que provoquem, de modo accidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso, não autorizados, a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.

12. Subcontratação

- 12.1.** Em determinadas situações, a GS1 Portugal poderá subcontratar empresas ou prestadores de serviços para tratar dados pessoais em seu nome.
- 12.2.** Quaisquer subcontratantes que venham a ter acesso a Dados Pessoais recolhidos pela GS1 Portugal, mesmo que apenas para fins de armazenamento, encontrar-se-ão contratual e legalmente vinculados ao cumprimento das condições de segurança garantidos pela GS1 Portugal, nos termos do RGPD e de outra legislação aplicável.
- 12.3.** Os Subcontratantes devem cumprir as obrigações relativas ao tratamento dos dados pessoais que lhe forem aplicáveis por força do RGPD, tendo em conta a específica natureza da subcontratação, em particular no que respeita à segurança da informação.

13. Encarregado de Proteção de Dados Pessoais

- 13.1.** A GS1 poderá nomear um encarregado da proteção de dados, ainda que não haja obrigação legal ou regulamentar, com o objetivo de prestar garantias suplementares de segurança aos titulares dos dados pessoais e de ficar alinhada com as práticas de organizações de referência.
- 13.2.** Caso a GS1 Portugal venha a nomear um encarregado da proteção de dados pessoais, publicitará os respetivos dados de contacto no seu *website*.

14. Violação de Dados Pessoais

- 14.1.** Na eventualidade de existir uma violação dos dados pessoais, e caso tal violação seja susceptível de implicar um risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares, a GS1 notificará a autoridade de controlo competente no mais curto espaço de tempo possível, o qual nunca poderá exceder o prazo de 72 (setenta e duas) horas após ter tido conhecimento da mesma.
- 14.2.** Caso a violação referida no ponto 14.1 *supra* seja suscetível de implicar um elevado risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares, a GS1 Portugal comunicará também a violação de dados pessoais ao respetivo Titular dos Dados, sem demora injustificada.